

UM PANORAMA DAS PESQUISAS SOBRE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA PUBLICADAS NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES

Fabiana Alves de Almeida¹, Mariana Aranha de Souza², Adriana Nunes Stein³

Abstract: Research with the theme of Anti-racist Education has been highlighted since Law 10.639/2003, since discussions about racism in Basic Education have been a necessary agenda. This paper aims to present an overview of research carried out on this topic and published in the period between 2003 and 2021. For this purpose, in June 2021, a search was carried out on the CAPES Journal Portal for articles with the descriptors "Basic Education", "Anti-racist Education", "Law 10.639/2003", "History of Africa" and "Structural Racism". 865 articles were identified. After reading all titles, 11 were selected for analysis, which, in each descriptor, were related to the theme of Anti-racist Education. There was a growing number of surveys involving these descriptors and the interest in understanding the implementation of the aforementioned law in the educational context as a policy of affirmation and reparation that has been claimed for a long time by the Brazilian Black Movement.

Keywords: Anti-racist Education; Law 10639/2003; Structural racism; Basic education.

Resumo: As pesquisas com a temática da Educação Antirracista têm alcançado destaque a partir da Lei 10.639/2003, uma vez que as discussões acerca do racismo na Educação Básica têm sido uma pauta necessária. Este trabalho tem por objetivo apresentar um panorama das pesquisas realizadas sobre este tema e publicadas no período compreendido entre os anos de 2003 e 2021. Para tanto, no mês de junho do ano de 2021 foi realizada uma busca no Portal de Periódicos da CAPES de artigos com os descritores "Educação Básica", "Educação Antirracista", "Lei 10.639/2003", "História da África" e "Racismo Estrutural". Foram identificados 865 artigos. Após a leitura de todos os títulos, foram selecionados 11 para análise, os quais, em cada descritor, relacionavam-se com a temática da Educação Antirracista. Verificou-se uma crescente nos números das pesquisas que envolvem estes descritores e o interesse em compreender a implementação da referida lei no contexto educacional como uma política de afirmação e reparação pleiteada por muito tempo pelo Movimento Negro brasileiro. Verificou-se, também, o importante papel da formação de professores em serviço para a constituição de seu desenvolvimento profissional e de seu papel na efetivação de uma educação, de fato, antirracista.

Palavras-chave: Educação Antirracista; Lei 10.639/2003; Racismo Estrutural; Educação Básica.



1. INTRODUÇÃO

A temática da Educação Antirracista na Educação Básica nas pesquisas têm ganhado destaque, haja vista que a pauta do racismo adentrou as escolas como uma discussão necessária em um país formado a partir do trabalho escravo e o quanto isso permeia as relações sociais dentro do contexto educacional. Do ponto de vista acadêmico, é notável a gama

¹ Universidade de Taubaté e Rede de Ensino do Estado de São Paulo, fabianaalvesdealmeida@yahoo.com.br

² Universidade de Taubaté e Centro Universitário do Sul de Minas, profa.maaranha@gmail.com

³ Prefeitura Municipal de Taubaté- SP- Brasil, adri.stein@yahoo.com.br

de trabalhos a partir da implementação da Lei 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de "História e Cultura Afro-Brasileira".

Posto isso, esta pesquisa objetiva contribuir com a ampliação do conhecimento desta temática, a partir do mapeamento de publicações que envolvem a Educação Antirracista, o racismo estrutural, a História da África, no contexto da Educação Básica e da Lei 10.639/2003.

Também busca-se discutir a importância da formação dos docentes em serviço, haja vista que é necessário que a Lei 10.639/2003, de fato, seja efetivada dentro das escolas. Para tanto, é fundamental que o desenvolvimento profissional docente esteja pautado na perspectiva da Educação Antirracista, sendo esta uma necessidade urgente, uma vez que as relações raciais acontecem dentro do contexto escolar. Posturas de docentes antirracistas envolvem interesse e estudo, a fim de promover uma formação integral que contribua para que as pautas antirracistas dentro das escolas sejam permanentes, viabilizando um espaço tolerante e equitativo.

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, que utilizou como estratégia a pesquisa bibliográfica de artigos publicados entre os anos de 2003 (data da promulgação da Lei 10.639/2003) e 2021 e indexados no Portal de Periódicos da CAPES. A seguir, apresentam-se os itens Educação Antirracista e formação de professores em serviço que objetiva conceitar os termos, metodologia da pesquisa e, por fim os resultados.

2. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM SERVIÇO

A Lei 10.639/2003 alterou a Lei 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) com a inclusão dos artigos 26-A e 79-B, que instituem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica (Brasil, 2003). Esta lei descortina como a História da África e dos africanos que foram escravizados era contada pelos livros didáticos, renegando a importância da população negra na construção do Brasil.

O Parecer CNE/CP 003/2004, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, visa o direito às histórias e culturas que formam o país (Brasil, 2004).

Dessa feita, é necessário ressaltar o destaque ao Movimento Negro, que lutou e luta por uma sociedade justa e igualitária, a fim de garantir direitos da população negra, bem como de valorizar a história e feitos do povo africano que fora escravizado, como afirma Gomes (2017):

O Movimento Negro conquistou um lugar de existência afirmativa no Brasil. Ao trazer o debate sobre racismo para a cena pública e indagar as políticas públicas e seu compromisso com a superação das desigualdades raciais, esse movimento social ressignifica e politiza a raça, dando-lhe um trato emancipatório e não inferiorizante (Gomes, 2017, p. 21).

De acordo com Gomes (2017), o Movimento Negro sempre desempenhou um papel significativo, enfrentando muitos desafios na busca pela discussão, pela construção de políticas

UM PANORAMA DAS PESQUISAS SOBRE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA PUBLICADAS NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES

FABIANA ALVES DE ALMEIDA, MARIANA ARANHA DE SOUZA, ADRIANA NUNES STEIN

públicas e pela implementação delas, com o objetivo de colocar luz à questão racial, promovendo a emancipação da população negra. É fundamental o reconhecimento deste movimento social que muito tem a ensinar sobre o racismo e seus desdobramentos.

Diante do exposto, é possível entender que a Educação Antirracista, assim como menciona Mota (2021), é uma luta antiga que precisa ser defendida por todos os cidadãos e, principalmente, pelos atores sociais envolvidos no contexto educacional, haja vista que a escola nem sempre é um lugar agradável para a criança negra, justamente porque ao conhecer a história de seus antepassados, depara-se com pessoas infelizes que foram tiradas de sua terra, hostilizadas e para servirem aos brancos (Almeida, 2020).

Desse modo, para que a efetivação da Lei 10.639/2003 aconteça é necessário que o desenvolvimento profissional docente se estabeleça, também, na perspectiva antirracista. Para dar conta deste desafio, é preciso compreender que o professor é o profissional que inicia sua carreira muito antes de assumir a gestão da sala de aula. Ele já possui repertório de docência, advindo dos anos em que esteve na escola na condição de aluno. Por meio de observação e experiências escolares formou uma concepção própria do que é ser professor. Considerando que nem todas as experiências de aprendizados podem ser realmente educativas, como assim relata Dewey (1958 apud Day, 1999), faz-se necessário que a formação docente contemple a análise, a reflexão e a discussão dessas experiências para que realmente promova o desenvolvimento pessoal e profissional dos professores de forma individual e coletiva.

Sob essa perspectiva, Imbernón (2010) argumenta sobre a importância do (re)conhecimento da identidade docente, uma vez que as experiências de vida dos professores, suas concepções e valores relacionam-se às tarefas profissionais, tendo o ensino essa implicação pessoal.

Considerando essas questões, ressalta-se a importância da formação docente baseada em um processo de reflexão e de análise das dimensões conceituais e metodológicas, sem desconsiderar as objetividades e as subjetividades desses profissionais, ao longo de todo o seu processo educativo e formativo.

A concepção de que “todo conhecimento é autoconhecimento” trazida por Nóvoa (1992, p. 31), traz à tona a lógica do constante “formar-se e não apenas formar”. É este um processo caracterizado não por receber informações e orientações do cotidiano da escola e dos conteúdos e metodologias das diferentes áreas de conhecimento, mas por reconhecer como esse conhecimento é assimilado por cada docente, realizando uma mudança de postura e promovendo o desenvolvimento pessoal e profissional em um constante processo de aprendizagem contínua. Para Nóvoa (1992), esse movimento precisa acontecer na formação em serviço, por meio do qual os professores podem se desenvolver e podem constituir o próprio ambiente escolar em um lugar de respeito e convivência com a diversidade. Afinal, como afirmam Forte e Flores (2012, p.902), “nada impacta mais os alunos do que professores que estão em pleno desenvolvimento, em um constante formar-se”.

É nesta perspectiva que entendemos que a formação docente para a diversidade e para a temática antirracista deve estar voltada não somente para o conhecimento objetivo de sua historicidade, mas também como subjetividade, transformando a identidade pessoal e profissional para assumir a postura antirracista.

3. METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico. Os descritores escolhidos estão relacionados com a temática do racismo, da educação antirracista e da lei 10.639/2003. Estes descritores atendem a necessidade de conhecimento e reconhecimento da pertença étnico-racial também dentro do espaço escolar, por esta razão eles estão presentes neste trabalho.

Para tanto, foi seguida esta estratégia: no mês de junho do ano de 2021 foi realizada uma pesquisa de artigos publicados em periódicos científicos, revisados por pares e indexados no Portal de Periódicos da CAPES, a fim de fazer um panorama acerca da temática que envolve a Educação Antirracista no contexto da Educação Básica. Utilizou-se como descritores os termos “Educação Básica”, “Educação Antirracista”, “Lei 10.639/2003”, “História da África” e “Racismo Estrutural”, aplicando-se os operadores booleanos “and” e “or”. Sobre isso, Pereira e Galvão (2014, p. 369) afirmam que:

Os termos localizados podem ser combinados utilizando-se os operadores booleanos “AND”, “OR” ou “NOT”, para compor a estratégia de busca. Entre termos distintos, geralmente usa-se o “AND”, para localizar estudos sobre os dois temas (intersecção). Entre os sinônimos de um componente da busca, utiliza-se o “OR”, recuperando-se artigos que abordem um ou outro tema (soma). O operador “NOT” é utilizado para excluir um assunto da busca.

Após a aplicação destes filtros, foram encontrados um total de 865 artigos, que, a partir da leitura dos títulos, foram categorizados por descritor e escolhidos para a análise, conforme apresentados e discutidos nos resultados, a seguir.

4. RESULTADOS

Os descritores “Educação Básica”, “Educação Antirracista”, “Lei 10.639/2003”, “História da África” e “Racismo Estrutural”, aplicados para busca nas publicações de artigos científicos, indexadas no Portal de Periódicos da CAPES a partir do ano de 2003, apresentaram um total de 865 artigos, como pode ser observado no quadro 1:

QUADRO 1 RESULTADO DA PESQUISA NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES – ARTIGOS CIENTÍFICOS

Descritores	2003 a 2005	2005 a 2010	2010 a 2015	2015 a 2021	Total	Tipo
Educação Básica	19	77	268	387	751	Artigo
Educação Antirracista	00	01	04	07	12	Artigo
Lei 10.639/2003	00	07	13	55	75	Artigo
História da África	00	02	04	16	22	Artigo
Racismo estrutural	00	00	00	05	05	Artigo
Total					865	

UM PANORAMA DAS PESQUISAS SOBRE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA PUBLICADAS NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES

FABIANA ALVES DE ALMEIDA, MARIANA ARANHA DE SOUZA, ADRIANA NUNES STEIN

Fonte: Portal de Periódicos da CAPES

Dos totais de trabalhos encontrados, foram lidos todos os títulos, agrupando-os por descritor, ou seja, todos os trabalhos referentes à “Educação Básica”, “Educação Antirracista”, “Lei 10.639/2003”, “História da África” e “Racismo Estrutural”. Após este primeiro agrupamento, foram selecionados para a leitura dos resumos aqueles cujos títulos apresentavam relação mais direta com o tema desta pesquisa, ou seja, trabalhos que expressassem, em cada descritor, uma relação com os demais descritores.

Nesse sentido, foram selecionados três trabalhos com o descritor “Educação Básica” e dois trabalhos com os demais descritores, totalizando uma análise pormenorizada de 11 trabalhos, apresentada no quadro 2.

QUADRO 2 ARTIGOS SELECIONADOS PARA A DISCUSSÃO SOBRE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA, RACISMO ESTRUTURAL, LEI 10.639/2003 NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Nº	Ano	Título	Autores	Ano
01	Educação Básica	As relações raciais na educação básica: uma reflexão necessária	Geise Ferreira; Zelair Olézia Rezer da Silva; Ivone Jesus Alexandre	2012
02		Desafios da educação básica no século XXI	Dóris Maria Luzzardi Fiss; Leonidas Roberto Taschetto; Gilberto Ferreira da Silva	2014
03		A educação básica na legislação brasileira	Josiane Rose Petry Veronese Cleverton Elias Vieira	2003
04	Educação Antirracista	Entendendo raça e racismo: por uma educação racialmente crítica e antirracista	Ronald D. Glass	2012
05		A gestão escolar democrática e a implementação da educação antirracista na escola	Aldenora Macedo	2016
06	Lei 10.639/03	A lei 10.639/2003 – Uma abordagem conceitual	Fabiana Haro Dos Santos; Deize Denise Ponciano	2015
07		O movimento negro brasileiro e a lei 10.639: da criação aos desafios para a implementação	Amílcar Pereira	2017
08	História da África	Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?	Munanga, Kabengele	2015
09		Além da história, a tradição oral: considerações sobre o ensino de história da África na educação básica	Janote Pires Marques	2017
10	Racismo Estrutural	A inferiorização dos negros a partir do racismo estrutural	Waleska Miguel Batista	2018
11		Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural no Brasil	Humberto Bersani	2018

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

A seguir, será apresentada uma análise de cada um dos artigos apresentados no quadro 2, agrupados por descritor e considerando o tema abordado, a metodologia empregada e os resultados alcançados.

Ferreira, Silva e Alexandre (2012) apontam no artigo “As relações raciais na Educação Básica: uma reflexão necessária” dados preocupantes, como por exemplo: o analfabetismo atinge uma porcentagem maior entre pessoas negras; os índices de repetências também são maiores em relação aos brancos; os estudantes negros/negras apresentam maior defasagem escolar; quanto maior a idade da pessoa negra mais evidentes ficam estes dados. A pesquisa também ressalta o número de desempregados nesta parcela da população.

Os autores enfatizam a relevância da preparação dos professores que irão atuar na Educação Básica acerca da pauta racial, questionam como esta formação vem sendo desenvolvida pelo ensino superior, bem como acreditam que o trabalho interdisciplinar sobre questões culturais, étnicas e de direitos humanos seja uma possibilidade concreta de inserir esses temas no contexto da Educação Básica.

Para Oja (1980, apud Day, 1999), os programas de formação de professores precisam permitir o seu desenvolvimento em três áreas. A primeira delas seria a área da moral e da ética. Ela possibilitaria que os docentes refletissem sobre os princípios de uma forma mais afastada da conformidade supostamente inquestionada das normas sociais e legais e de padrões autoavaliados dentro de um quadro conceitual da visão do mundo. A segunda delas seria a área do desenvolvimento da maturidade, do ego-desenvolvimento, ou seja, de um entendimento mais complexo de si mesmo e dos outros. Por fim, a última área seria o desenvolvimento de níveis mais elevados de conceitos, afastados de simples estereótipos e clichês. Isso possibilitaria o reconhecimento das diferenças individuais nas atitudes, interesses e capacidades e da tolerância crescente em relação aos paradoxos, às contradições e às ambiguidades.

Fiss, Taschetto e Silva (2014) questionam no artigo “Desafios da Educação Básica no século XXI” quais são os desafios apresentados aos docentes e como a formação de professores será constituída a fim de atender as demandas da Educação Básica. Além disso, os autores citam as Tecnologias de Comunicação e Informação e a diversidade cultural presente no contexto educacional.

Pontuam, por meio do referencial selecionado, a importância do professor ser promotor das aprendizagens e que saiba usar diferentes tecnologias para contribuir com o processo de aprendizagem dos alunos. Para os autores, toda a diversidade de recursos e estratégias de ensino, possibilitam a realização de boas práticas na Educação Básica, o que são entendidas por eles como o bom uso dos recursos tecnológicos a fim de atender toda pluralidade existente no contexto educacional. Por fim, os autores acreditam que a diversidade de ideias e valores presente na escola, faz dela um espaço privilegiado de formação, tanto dos docentes quanto dos estudantes.

Acerca da escola como um espaço de formação também para os professores, Nóvoa (1992) reconhece que o desafio está em concebê-la como um ambiente educativo, onde trabalhar e formar não sejam atividades distintas, mas um processo integrado no dia-a-dia. Nessa concepção, todos os envolvidos no ambiente escolar podem se beneficiar, inovando suas práticas, posturas e formas de se relacionar com os outros.

Veronese e Vieira (2003), no artigo “A Educação Básica na legislação brasileira” esclarecem que, ao longo dos anos, a educação era privilégio das elites, pois não era um direito garantido por lei no Brasil. Desta forma, grande parcela da população era educada pela própria família. Somente a partir da Constituição Federal de 1988 a educação passou a ser entendida como direito público subjetivo.

Dentro deste contexto, os autores apresentam um destaque ao Estatuto da Criança e do Adolescente, que visa cumprir esta lei de obrigatoriedade do ensino, a fim de que as crianças e os adolescentes tenham esse direito, dentre outros, garantido. A Educação Básica passa a ser ofertada de forma obrigatória pelo Poder Público a todos/todas brasileiros/brasileiras. Por fim, os autores acreditam que o direito à educação promove a cidadania e que a legislação brasileira, embora tenha ofertado este direito, nem sempre pontua com clareza como a educação deveria ser conduzida no país a fim de garantir de forma eficaz a promoção da cidadania.

Glass (2012), no artigo “Entendendo raça e racismo: por uma educação racialmente crítica e antirracista”, esclarece que os educadores enfrentam grandes desafios éticos na atualidade e destaca que as questões de raça e racismo estão entre eles. Desta forma, o autor busca compreender o que está acontecendo e o que precisa ser feito, a fim de combater o racismo na escola e na sociedade. Sendo assim, o autor propõe a discussão de cinco posições a saber: supremacia racial, cegueira racial, sensibilidade racial, crítica racial e antirracismo.

Para Glass (2012), a supremacia racial deve ser entendida como uma ideologia de origem estadunidense, que tem interpretações bíblicas. Já cegueira racial, para ele, pressupõe a negação da individualidade do outro, enquanto a sensibilidade racial é entendida como o reconhecimento de que a raça possui uma importância, tanto do ponto de vista social, quanto cultural. Para o autor, a crítica racial é o reconhecimento que cada raça possui uma diversidade; enquanto o antirracismo busca entender que grupos identificados racialmente são vítimas de injustiças sociais, culturais, políticos e econômicos.

Posto isto, o autor entende que a educação antirracista passa por uma formação de professores que favoreça processos formativos que favoreça desaprender o racismo e, desta forma, possa contribuir para que os docentes revejam sua formação racial e possam, de maneira crítica, formar alunos que conheçam como tudo foi orquestrado e combatam a supremacia racial.

Imbernón (2010), ao escrever sobre Formação de Professores, também ressalta que a formação pode ajudar a definir o significado daquilo que se faz na prática e que pode contribuir com a transformação da identidade docente, do “eu”, de forma individual e coletiva. Para que a formação seja uma prática que transforme a identidade do professor, é preciso que a diversidade seja uma temática presente de forma programada e constante nos diálogos, reflexões e formações.

Macedo (2016), no artigo “A gestão escolar democrática e a implementação da educação antirracista na escola”, compreende a escola como espaço de problematização e reflexão das questões étnico-raciais. Para tanto, propõe uma discussão acerca do racismo presente nas relações escolares e nos documentos que norteiam legalmente uma prática pedagógica antirracista. Sobre isso, a autora chama a atenção para o fato da Lei nº 10.639/2003 ser lembrada apenas em datas comemorativas.

Para ela, isso ofusca a busca por uma educação antirracista, pois esta perspectiva é apenas lembrada em projetos em datas específicas e esquecidas na sequência, inviabilizando o trabalho efetivo de luta contra o racismo de dentro do ambiente escolar. Dentro deste contexto, tem-se uma indagação quanto ao papel da gestão que deveria acompanhar a efetivação da Lei 10.639 no cotidiano escolar.

A autora defende que o racismo na escola tem um caráter institucional, uma vez que peca por omissões, valorizando a meritocracia e desconsiderando a história de lutas e injustiças vivenciadas pela população negra. Para ela, isso corrobora com a evasão escolar desses estudantes. Ao fazer essas reflexões, a autora salienta que documentos oficiais, como a Constituição Federal e Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), mais as reivindicações do movimento negro corroboraram para a criação e promulgação da Lei nº10.639/2003.

Esse processo se aproxima da narrativa de Imbernón (2010, p. 111), quando declara: “Menos noções e mais humanidade”. Para o autor, os processos de formação docente, que acontecem em serviço, no cotidiano da escola, precisam tocar no que é de mais importante: a formação integral do sujeito, para além das questões técnicas e pedagógicas. Quanto mais complexa uma sociedade, maior deve ser a preocupação com o ser humano e as relações que ele estabelece. Em um contexto onde a indiferença vem sendo noticiada de maneira cada vez mais contínua, faz-se emergente a escola e os professores assumirem esse diálogo e essa luta, como parte de suas práticas e vivências.

Santos e Ponciano (2015), no artigo “A lei 10.639/2003 – Uma abordagem conceitual”, reconhecem que foi negado nos currículos escolares o lugar de protagonismo da população negra, haja vista que esta era retratada de forma inferior e submissa, em função de as matrizes curriculares serem orientadas em uma perspectiva eurocentrista. Posto isto, as autoras destacam a importância da Lei 10.639/2003, que versa sobre a inclusão obrigatória da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial das Redes de Ensino.

A referida lei, de acordo com as autoras, visa inserir, além da “História e Cultura Afro-Brasileira”, também os estudos da “História da África e dos Africanos”, bem como a luta dos negros no Brasil, enaltecendo a protagonismo deste povo nas áreas social, política e econômica.

Esta lei, sancionada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, assegura que os conteúdos sejam tratados de forma transversal em todo o currículo escolar, enfatizados na Educação Artística, Literatura e História Brasileira. Em virtude de sua promulgação, no calendário escolar, foi incluído o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Embora a inclusão no calendário do “Dia Nacional da Consciência Negra” tenha sido uma conquista importante, vale ressaltar que a data é apresentada muitas vezes por meio de projetos e depois é esquecida. No entanto, é uma temática que pede um trabalho contínuo, ou seja, durante todo o ano letivo.

No artigo “O movimento negro brasileiro e a lei 10.639: da criação aos desafios para a implementação”, Pereira (2017) discute o processo de criação da Lei 10.639/2003, tendo como protagonista desta conquista o movimento negro brasileiro. No entanto, afirma que sua implementação é um processo que demanda tempo e interesse sobre a temática.

Inicialmente o autor discorre que essas lideranças, presentes no movimento negro, datam desde o início do século XX. Com a criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, na década de 1980, a relação com o Estado deu mais voz ao movimento que pleiteava pautas específicas à população negra.

O autor ainda afirma que o movimento negro brasileiro celebra as conquistas advindas da promulgação da Lei 10.639/2003, mas entende que a sua implementação depende ainda de formação inicial e continuada dos docentes, bem como de questões que envolvem infraestrutura, tempo disponível para trabalhar sobre a temática e interesse genuíno de toda a comunidade escolar. De qualquer forma, este movimento compreende que é necessário compromisso político e qualidade acadêmica a fim de efetivar a Lei 10.639/2003.

Munanga (2015), no artigo “Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?”, contextualiza o Brasil como um país rico em diversidade étnica e cultural, haja vista que muitos povos se encontraram aqui por diferentes motivos. No entanto, o autor ressalta a questão do preconceito e discriminação, enfrentados pelos povos de matrizes africanas, que persistem até os dias atuais. Dessa feita, é se faz necessário entender que as pessoas que foram escravizadas no Brasil já tinham uma cultura, valores, organização social, política e econômica.

Dessa feita, o referido pesquisador questiona o monoculturalismo que permeia nossa sociedade, no qual, em alguma medida, a história tem um viés eurocêntrico, que silencia a população negra e a coloca numa condição de subalternidade, desconsiderando a História da África. Sendo assim, o autor pontua a importância de uma educação multicultural indicada nas Leis 10.639/2003 e 11645/08, que têm uma função, segundo ele, reparatória.

Marques (2017), no artigo “Além da história, a tradição oral: considerações sobre o ensino de história da África na educação básica”, defende que a partir da Lei 10.639/2003, que insere o ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira, se faz relevante que a tradição oral, tão valorizada na África, esteja presente nos conteúdos tratados na Educação Básica, ao que tange a História da África.

Para a autora, ensinar sobre a tradição oral é evidenciar uma parte muito importante a respeito do modo de viver na África, uma vez que a ancestralidade e toda a sua sabedoria são reverenciadas pelos povos africanos. Por meio da tradição oral há uma interligação com o sagrado, outro aspecto que constitui múltiplos significados na África, esta que foi considerada apenas “selvagem”, haja vista que foi contada a partir do eurocentrismo.

No artigo intitulado “A inferiorização dos negros a partir do racismo estrutural”, Batista (2018) busca compreender o conceito de racismo estrutural por meio da obra “O que é racismo estrutural”, de Silvio de Almeida (2020). A autora enfatiza que o livro inspira reflexões acerca do racismo estrutural como fundante nas relações sociais. Para tanto, a referida obra adentra fatos históricos, sociais, políticos, jurídicos e econômicos, a fim de criar um panorama sobre o racismo.

A autora afirma que conceitos como teoria crítica racial, colonialismo, imperialismo e capitalismo estão presentes no livro com o objetivo de elucidar, de forma cabal, como o racismo estrutural é explicado e vivenciado de forma, às vezes, velada e, por outras, escancarada. Sendo assim, a autora faz um convite para que o racismo e suas formas estruturais na sociedade sejam conhecidas, para, então, poderem ser combatidas.

Bersani (2018), no artigo intitulado “Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural no Brasil”, propõe compreender o racismo estrutural como um mecanismo de opressão no Brasil, buscando, por meio de um arcabouço teórico, identificar a origem da problemática que sustenta até os dias atuais a exclusão da população negra.

Desse modo, ele fez um levantamento de obras que destacam as bases do racismo estrutural, como o “Escravidão Colonial” de Jacob Gorender (2010), “Dialética Radical do Brasil Negro” de Clóvis de Moura (2014), “Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia” de Caio Prado Júnior (2011) e “Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil” de Nelson Werneck Sodré (1990). As respectivas obras, segundo o autor, evidenciam constatações que consolidam a ideologia do racismo no Brasil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa sobre os artigos publicados no período compreendido entre os anos de 2003 e 2021 e indexados no Portal de Periódicos da CAPES com os descritores “Educação Básica”, “Educação Antirracista”, “Lei 10.639/2003”, “História da África” e “Racismo Estrutural”, foi possível compreender uma crescente nos números das pesquisas que envolvem estes descritores. Uma primeira hipótese sobre este crescimento está no fato da promulgação da Lei 10.639/2003 e das consequentes ações para sua implementação nas diferentes redes de ensino que compreendem a Educação Básica no Brasil.

Ao analisar os artigos que tratam destes descritores, verificou-se que, inicialmente, estes textos possuíam um interesse em compreender a implementação da referida lei no contexto educacional como uma política de afirmação e reparação pleiteada por muito tempo pelo Movimento Negro Brasileiro. Sobre isso, observaram-se estudos que demonstraram que a evasão e o analfabetismo estão muito presentes na população negra, uma vez que o racismo estrutural permeia a Educação Básica. Portanto, é necessário que a formação de professores contemple a Educação Antirracista, trazendo um olhar para a identidade dos professores e para a temática antirracista, em um processo contínuo e intencionalmente planejado.

Por outro lado, estes artigos também demonstram o quanto ainda é preciso avançar em pesquisas de práticas sobre esta temática, uma vez que a questão do racismo estrutural, por exemplo, ainda está extremamente presente nas relações empreendidas na escola e na própria sociedade. Como reflexo disso, é possível verificar a necessidade de uma política de formação docente que promova processos formativos em favor da Educação Antirracista, que compreenda a urgência da Educação Antirracista no universo acadêmico.

REFERÊNCIAS

Almeida, S. L. (2020). Racismo Estrutural. – São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra.

UM PANORAMA DAS PESQUISAS SOBRE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA PUBLICADAS NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES
FABIANA ALVES DE ALMEIDA, MARIANA ARANHA DE SOUZA, ADRIANA NUNES STEIN

- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Resolução CNE/CP n.02/2019, de 20 de dezembro de 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 10 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em 01 mai. 2021.
- BRASIL. Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003. D.O.U. de 10 de janeiro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm Acesso em 02 ago. 2021.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf Acesso em 02 ago. 2021.
- BATISTA, W. M. (2018) A inferiorização dos negros a partir do racismo estrutural. *Revista Direito e Práxis* [online]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/nkt6FjDWMvfv7Ds9fBY4XK/?lang=pt> Acesso em 21. Jul. 2021.
- Bersani, H. (2018) Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural no Brasil. *Revista Extraprensa*, 11(2), 175-196. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/148025> Acesso em: 21 de jul. 2021
- Day, C. (1999) Desenvolvimento Profissional de Professores: Os desafios da Aprendizagem permanente: Porto Editora, 352p.
- Ferreira, G., Silva, Z., Alexandre, I. (2012). As relações raciais na educação básica: uma reflexão necessária. *Eventos Pedagógicos*. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/671> Acesso em: 26 jul. 2021.
- Fiss, D.M.L.; Taschetto, L.R.; Silva, G.F. (2018). DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO SÉCULO XXI. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol14iss1articles/apresentacao.pdf> Acesso em: 26 de jul. 2021.
- Forte, A.; Flores, M.A. (2012). Potenciar o desenvolvimento Profissional e a colaboração docente na escola. *Caderno de pesquisa*, v.42 n.147 set/dez. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/zRxJz94vwDdrW853sXVYxMK/?format=pdf> Acesso em: 20/01/2022.
- Glass, R. D. (2012). Entendendo raça e racismo: por uma educação racialmente crítica e antirracista. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/rWZGsfTHC7kJPckv3r5s48M/?lang=pt#> Acesso em: 03 jun. 2021.
- Gomes, N. L. (2017). O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gorender, J. (2010). O escravismo colonial. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Imbernón, F. (2010). Formação Continuada. Porto Alegre: Artmed, 120p.
- Mota, T. H. (Org.) (2021). Ensino antirracista na Educação Básica: da formação de professores às práticas escolares [recurso eletrônico] / Thiago Henrique Mota (Org.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi.
- Macedo, A. (2016). A gestão escolar democrática e a implementação da educação antirracista na escola. *Revista Espaço Acadêmico*. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/30956> Acesso em: 03 jun. 2021.
- Marques, J. P. (2107). Além da história, a tradição oral: considerações sobre o ensino de história da África na educação básica. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/142> Acesso em: 20 jul. 2021.
- Moura, C. (2014). Dialética radical do Brasil negro. 2. ed. São Paulo: Fundação Maurício Graboys co-edição com Anita Graibaldi.
- Munanga, K. (2015). Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/WxGPWdcytJgSnNKJQ7dMVGz/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 20 jul. 2021.
- Nóvoa, A. (1992). Formação de professores e profissão docente. Lisboa, Dom Quixote. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10451/4758> >. Acesso em: 02 jul.2021

- Pereira, M. G.; Galvao, T. F. (2014). Etapas de busca e seleção de artigos em revisões sistemáticas da literatura. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, v. 23, n. 2, p. 369-371, jun. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742014000200019&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 19 jul. 2021.
- Pereira, A. (2017). O MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO E A LEI 10.639/03: DA CRIAÇÃO AOS DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO. Disponível em: <https://revistas.ufrrj.br/index.php/rce/article/view/3452> Acesso em 02 jun. 2021.
- Prado JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- Santos, F. H.; Ponciano, D. D. (2015). A LEI 10.639/2003 –UMA ABORDAGEM CONCEITUAL. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/1410/1545> Acesso em: 05 jun. 2021.
- Sodré, N. W. (1990). Capitalismo e revolução burguesa no Brasil. Belo Horizonte: Oficina de Livros.
- Veronese, J.R.P.; Vieira, C. E. (2003). A EDUCAÇÃO BÁSICA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Dialnet-AEducaoBasicaNaLegislacaoBrasileira-4818261.pdf> Acesso em: 03 de jun. 2021.